



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 13 de dezembro de 2024

Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quinta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quinta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
2,74% São Paulo	127.857 126.042 9/12 10/12 11/12 12/12	R\$ 6,007 (+ 0,86%)	R\$ 1.412	R\$ 6,292	11,15%	12,19%	Julho/2024 0,38 Agosto/2024 -0,02 Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53 Novembro/2024 0,39

CONJUNTURA

Investimento para a transição energética

Alckmin anuncia R\$ 468 bilhões para matriz brasileira. Mas Senado aprova jabuti das termelétricas no marco das eólicas

» FERNANDA STRICKLAND
» RAFAELA GONÇALVES

Cadu Gomes/VPR



Vice-presidente comandou a reunião do Conselho: segundo ele, Brasil tem condições de se tornar líder global em descarbonização

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, anunciou um robusto pacote de investimentos de R\$ 468,38 bilhões para a Missão 5 do programa Nova Indústria Brasil (NIB). A declaração foi feita ontem, durante a 4ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), o "Conselho".

Os investimentos anunciados têm como foco a bioeconomia, a descarbonização e a transição e segurança energéticas, pilares centrais da Missão 5 do NIB. Do montante total, R\$ 88,3 bilhões serão provenientes de recursos públicos, destinados a linhas de crédito para projetos que abrangem inovação, exportação e aumento de produtividade.

Segundo Alckmin, R\$ 74,1 bilhões foram contratados entre 2023 e 2024, enquanto os R\$ 14,2 bilhões restantes serão liberados para os próximos dois anos. Além disso, o setor privado comprometeu-se a aportar R\$ 380,1 bilhões em investimentos até 2029.

Durante o evento, Alckmin também destacou as vantagens competitivas do Brasil no campo da energia renovável, com foco especial no etanol. "Qual país do mundo tem 27% de etanol na gasolina? Ninguém tem. Nós podemos subir para 30% de etanol na gasolina e depois ampliar ainda mais. E 85% da nossa frota é flex, pode ser gasolina ou etanol", afirmou, reforçando o papel do Brasil como líder global em descarbonização.

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, destacou durante o Conselho, as ações do grupo de trabalho criado para enfrentar os desafios dos juros altos e do spread bancário no Brasil.

A iniciativa, que envolve representantes do governo, setor bancário, trabalhadores e indústria, elaborou 40 propostas concretas com o objetivo de tornar o crédito mais acessível para empresas e consumidores.

"A questão crucial não é se temos juros altos, mas por que chegamos a esse nível e o que precisamos fazer para que os patamares dos spreads e dos juros possam efetivamente baixar", afirmou Sidney.

O presidente da Febraban enfatizou que o setor bancário não tem interesse em manter juros altos. "Juros altos significam risco de inadimplência, maior comprometimento de renda, e nosso desejo é termos um ambiente de crédito saudável para famílias e empresas. Estamos esperançosos que essas entregas possam trazer resultados concretos", disse Sidney.

Jabuti no Congresso

Enquanto o Executivo discutia perspectivas econômicas no Conselho, o Legislativo tratou de aprovar matérias relativas à transição energética. Seguiu para sanção presidencial o marco legal das eólicas offshore (PL 576/2021), que trata da instalação de equipamentos para energia eólica em alto mar.

A proposta foi aprovada ontem pelo plenário do Senado. Originalmente, o projeto regulava apenas a exploração da fonte renovável. No entanto, o substitutivo aprovado pelos deputados — e confirmado pelos senadores — ampliou o alcance da proposição para beneficiar as termelétricas a carvão até 2050.

O lobby do setor de gás natural e carvão mineral emplacou um jabuti no texto, que propõe o aumento de subsídios, uma

conta que deve sobrar para o consumidor. Os jabutis são trechos que pegam carona no projeto original, sem relação direta com a pauta, com o objetivo de serem aprovados sem alarde.

As térmicas a carvão com contratos que vencem até 2028 terão seus contratos renovados até 2050. A proposição também prevê a contratação de usinas termelétricas a gás natural por mais tempo ao longo do ano, e não apenas quando há risco de insegurança elétrica.

O líder do governo no Senado, Randolfe Rodrigues (PT-AP), que orientou contra o dispositivo, já sinalizou a intenção do Executivo de vetar o trecho, que vai em sentido oposto à transição energética. "Em um projeto que trata de energia eólica, foram incluídos jabutis para tratar de uma indústria termelétrica. É um paradoxo e uma contradição em si", disse.

Segundo a Frente Nacional dos Consumidores de Energia, o arranjo de medidas causará um aumento de 7,5% no custo da energia no Brasil. "Não é aceitável aprovarmos uma matéria que representará primeiramente, para os brasileiros, um reajuste na tarifa de energia elétrica, que já tem sido o principal vilão da inflação ao longo deste ano", argumentou Randolfe.

Nos bastidores, senadores afirmam que se Lula vetar o trecho, o Congresso derrubará a decisão presidencial. O senador Rogério Marinho (PL-RN), defendeu a manutenção dos subsídios para a segurança do sistema energético do país. "A matriz alternativa precisa ter segurança, e a segurança só vai se dar se fizermos mais térmicas a gás, se preservarmos a térmica a carvão num período em que possa haver uma transição energética responsável", afirmou.

Mercado já vê Selic a até 15%

» RAPHAEL PATI

Após o Comitê de Política Monetária (Copom) elevar a taxa básica de juros a 12,25% e sinalizar mais duas altas de um ponto percentual nos próximos meses, o mercado avalia os cenários para 2025.

Caso o Copom mantenha o arrocho monetário até março, a taxa atingiria 14,25%, o que seria o maior patamar da Selic desde 2016, em meio a uma crise financeira e institucional que culminou no processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Um dos principais questionamentos no mercado financeiro é se haveria possibilidade para mais aumentos da taxa, que poderia até ultrapassar 15%, em um cenário mais pessimista.

Para o analista da Ouro Preto Investimentos Sidney Lima, a possibilidade de a Selic atingir 15% em 2025 é real e estaria ancorada nos atuais desafios enfrentados pela política monetária.

"A decisão do Copom de elevar a taxa para 12,25% e sinalizar novas altas na mesma proporção reflete a necessidade de conter a desancoragem das expectativas inflacionárias, a depreciação cambial e os riscos fiscais agravados pelo pacote de renúncia fiscal do governo. Com a Selic a 15%, os impactos serão significativos, já que no curto prazo, o encarecimento do crédito restringe o consumo e o investimento, resultando em desaceleração econômica", avalia.

Para o chefe-estrategista do grupo Laatus, Jefferson Laatus, caso se concretize, a Selic em 15% poderia causar os impactos severos na economia brasileira, com encarecimento do crédito, desaceleração do consumo e retração nos investimentos.

DESAFIOS 2025

COP 30 e integração regional serão temas de debate no Correio

» VITÓRIA TORRES*

A preparação para a 30ª Conferência sobre Mudanças Climáticas da ONU (COP 30), as mudanças climáticas e a transição energética estão entre os temas do seminário CB Debate: "Desafios 2025: o futuro do Brasil em pauta", em Brasília, na próxima terça-feira (17/12). Participam do encontro especialistas, economistas e autoridades, no auditório do **Correio**. Com apoio de comunicação do jornal e realizado pela Arena Comunicação, o seminário tem o patrocínio da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e da Brasal. O seminário tem também o apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação Brasileira de Bancos.

"O ano de 2025 será chave em nossa agenda de integração com os países da América do Sul. O andamento acelerado dos projetos e das obras, além das soluções que

construímos junto a diversos atores federais, nos permitirão inaugurar duas das cinco Rotas de Integração Sul Americana já em 2025. Será um grande marco para o governo Lula, com agenda de liderança da ministra Simone Tebet", afirmou o secretário de articulação institucional do Ministério do Planejamento, João Villaverde, coordenador do projeto das Rotas, que estará presente no debate.

O presidente da ABDI, Ricardo Cappelli, destacou a importância do **Correio** está promovendo eventos como esse. "É muito gratificante ter este debate em pauta pelo **Correio**. Esse espaço reflexivo e de intensa troca de ideias ajudará, certamente, o debate político", afirma.

Tema econômico relevante na atualidade, a transição energética impõe ao Brasil a necessidade de diversificar a matriz energética e diminuir a dependência de combustíveis fósseis. Nesse contexto, a energia solar aparece

José Augusto Lima



Painéis solares DF: Brasil pode atrair R\$ 39 bilhões de investimento

como uma solução altamente vantajosa, além de reforçar o compromisso brasileiro com a sustentabilidade na COP 30, que ocorrerá no Pará em 2025.

De acordo com a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), em 2025, o setor solar fotovoltaico deverá atrair investimentos que ultrapassam R\$ 39 bilhões. Este crescimento será acompanhado pela geração de mais de 396 mil novos postos de trabalho e pela contribuição para

as finanças públicas, com uma arrecadação extra de R\$ 13 bilhões.

"O avanço da energia solar se traduz em geração de emprego e renda, atração de investimentos, diversificação da matriz elétrica e benefícios sistêmicos para todos os cidadãos", avalia o presidente do Conselho de Administração da Absolar, Ronaldo Koloszuk. "O Brasil possui um dos melhores recursos solares do planeta e, com boas políticas públicas, pode assumir cada vez mais

protagonismo neste processo de transição energética e combate ao aquecimento global", acrescenta.

Em 2024, o país aprovou legislações que promovem o desenvolvimento sustentável, como o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono e a criação do mercado brasileiro de carbono — sancionado ontem pelo presidente Lula (*leia insert acima*).

Para Daniela Stump, advogada especialista em direito ambiental, a criação de um

ambiente regulatório adequado será decisiva para atrair investimentos estrangeiros. "É preciso que haja um bom diálogo entre reguladores e setor privado para que, de fato, tenhamos mecanismos de controle e de incentivos bem calibrados para a proteção do clima concomitante com a atração de investimentos para o Brasil", avalia.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza